

“LÉSBICA FUTURISTA, SAPATONA CONVICTA”¹: DA ABJEÇÃO AO SER POLÍTICO

Tânia Lara Marcelino Souza²
Aline Najara da Silva Gonçalves³

RESUMO: Abordar aspectos relacionados à comunidade LGBT impacta em discorrer sobre a invisibilidade em torno das relações lesboafetivas, bem como acerca da sexualização dos corpos das mulheres lésbicas numa sociedade machista, que busca a todo modo rotular a figura da mulher. Diante do exposto, o presente artigo objetiva discutir a percepção do corpo da mulher lésbica numa perspectiva interseccional, analisando como as opressões, a estereotipação e a erotização das relações lesboafetivas afetam tanto o modo como a sociedade enxerga a sapatão, quanto o seu comportamento diante desta sociedade. A análise se ampara em pesquisas realizadas por Judith Butler (2003), Iasmim Alves Ferreira de Carvalho *et al.* (2014), Lívia Gonçalves Toledo e Fernando Silva Teixeira Filho (2016). Desse modo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica em processo de construção. A escassez de pesquisas sobre o tema sinaliza a necessidade de investigar as vivências das mulheres lésbicas, a fim de romper com o estereótipo que classifica essas mulheres como abjetas, promíscuas e sem legitimidade sexual, auxiliando na construção de uma nova concepção sobre os corpos lésbicos, tornando legítimo seu desejo sexual e livrando-se do estigma de ser promíscuo e maldito, que por muito tempo assolou a mulher que ousasse fugir do padrão heteronormativo.

PALAVRAS CHAVE: Lesboafetividade. Sapatão. Opressões. Sexualização. Raça.

A trajetória histórica da mulher: concepção de gênero e lesbianidades

Desde o começo dos tempos, ainda no surgimento da propriedade privada, o papel da mulher sempre foi inferiorizado colocando-a como parte do homem a quem devia obediência mútua e devoção. Engels (1984) já afirmavam, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, que a primeira opressão de classes foi a do homem sobre a mulher, mostrando um histórico de inferiorização feminina dentro da sociedade. Quando se trata da mulher lésbica, essas opressões são duramente multiplicadas, uma vez que a sociedade busca de todas as formas apagar a existência dessas sujeitas, colocando-as como abjetas e seres desprezíveis.

¹ O título se refere ao trecho da música *Lésbica Futurista*, de GA31, tomado aqui como referência para o processo de empoderamento da mulher lésbica.

² Graduanda do Curso de Pedagogia, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XIII*.

³ Doutoranda em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora de História do Brasil e História da Cultura Afro-brasileira e Indígena na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XIII*.

Essa abjeção dos corpos lésbicos exclui qualquer perspectiva de empoderamento político. Para Adrienne Rich (2010, p. 36) "a existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social", sendo colocada no esquecimento das análises sociais e isso, nada mais é que uma forma de anular qualquer tentativa de construção de identidade, já que a lesbianidade é vista também como uma versão masculina da homossexualidade. Se pararmos para observar, até dentro do próprio movimento LGBTQI+, as pautas das mulheres lésbicas são deixadas de lado. Isso se comprova quando é notável uma valorização de artistas gays em detrimento das artistas lésbicas, ou quando os programas de conteúdo LGBTQI+ atendem mais às demandas do público gay do que aquelas referentes às outras representações da sigla.

A partir dessa opressão institucionalmente imposta é que começam as discussões em torno de gêneros e sexualidades, que discorrem principalmente sobre o processo de inferiorização do corpo da mulher, bem como o encadeamento do seu empoderamento político sobre seus desejos, direitos e, sobretudo, seu corpo.

Judith Butler (2003) define gênero com uma construção sociocultural que varia de acordo com a sociedade que o indivíduo se encontra, isso quer dizer que gênero não é um determinante biológico, podendo ter várias significações, diferente de sexo. É possível pensar gênero como parte da identidade do indivíduo, e sendo a identidade um processo de construção que está em constante mudança (FERNADES; SOUZA, 2016), logo, também se pode considerar que o gênero também faz parte desse processo de construção e está sujeito a mudanças, reconhecendo assim o corpo como agente passivo de transformações.

Dentre as concepções de gênero estão a noção de masculino e feminino, compreendidas como binárias (pessoas que se identificam com o sexo que lhe foi atribuído ao nascer) e as não-binárias (pessoas que não se identificam com sexo biológico, também chamados de transgêneros, não se limitando exclusivamente ao masculino ou feminino), que incluem bigênero, agênero, pangênero, gênero fluído, entre outros.⁴ Essas identidades de gênero estão relacionadas ao modo como o indivíduo se reconhece na sociedade. Sendo assim, pode-se dizer que

⁴ Cf. ESPECTOMETRIA NÃO-BINÁRIA, disponível no sítio eletrônico <<https://espectrometria-nao-binaria.tumblr.com/>>, acessado em 02 de setembro de 2019.

[...] o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2003, p. 59).

É importante sinalizar que gênero não está relacionado à sexualidade, isso significa dizer que um indivíduo pode ser transgênero e homossexual. Sobre sexualidade, Guarcira Lopes Louro (2000, p. 6) afirma que não é apenas um fator particular, mas também um fator social e político que “envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções”, sendo a sexualidade parte de processos culturais e múltiplos que por muito tempo foi considerada um tabu e, no que diz respeito à mulher, foi sempre anulada.

Falar sobre a sexualidade feminina é tornar público uma pauta que até o final do século XX foi ignorada nas reuniões familiares e até mesmo nas conversas particulares entre mães e filhas, dado que às mulheres foi designado a papel de bela, recatada e do lar, a quem não cabia falar, demonstrar ou até mesmo sentir algo relacionado ao sexo, a menos que fosse com alguém do sexo oposto. Mesmo nestas relações, a privação da sexualidade sempre foi presente para as mulheres, esperando-se delas, “por natureza”, que seguissem os padrões heteronormativos (LOURO, 2000, p.9).

Dadas as concepções de gênero e sexualidade como sendo construções sociais e culturais que variam de acordo com o espaço que o indivíduo se inclui (BUTLER, 2003; LOURO, 2006), cabe agora analisar como os corpos lésbicos são percebidos dentro da sociedade machista, que sempre buscou suprimir seus prazeres, atribuindo-lhes o estigma da promiscuidade e da ilegitimidade sexual.

1 A estereotipação e erotização da mulher lésbica pela sociedade

A mulher, por si só, já traz em sua bagagem uma série de aviltamentos. Quando essa mulher é lésbica, essas afrontas são multiplicadas evidenciando uma intersecção de opressões. Denise Portinari (1989) compara a lesbianidade a uma espécie de maldição, pois nega uma função que lhe foi dada desde a criação do mundo: o papel de ser mãe, protetora, cuidadora do lar e, principalmente, provedora do prazer masculino. Fugir de todos os comportamentos que a sociedade espera dela, atribui a ela a promiscuidade e a ilegitimidade sexual, já que com a ausência da figura masculina cria-se a ideia de que as lésbicas são insatisfeitas sexualmente resultando numa descoberta sobre o seu corpo em busca do desejo,

que por muito tempo foi interpretado como um convite a libertinagem (CASTAÑEDA, 2006, p. 278).

Livia Toledo e Fernando Filho (2016, p. 69) afirmaram que:

Lésbicas, antes de tudo, são mulheres [...] não se pode dizer que são mulheres do sistema heterossexual, aquelas construídas em oposição aos homens e à masculinidade, e com seu desejo sexual direcionado a eles, pois, diferentemente do que é instituído, atraem-se afetivo-sexualmente por mulheres.

No século XVII, somente as prostitutas eram vistas como tendo um desejo sexual e isso começou a mudar só em 1920, quando o desejo da mulher foi legitimado (REINOSO, 2005). Ainda assim, a sexualidade feminina continua sendo negada. No que diz respeito às mulheres lésbicas, quase nada lhes foi permitido, apenas a idealização de uma relação voltada para a amizade romântica em lugar da relação sexual, já que é, supostamente, da “natureza da mulher” a manifestação de companheirismo, amizade e um comportamento passivo na sedução (CASTAÑEDA, 2006, p. 224).

A visão de Castañeda (2006) encontra um contraponto crucial quando a análise das relações lesboafetivas impacta na compreensão das identidades múltiplas e heterogêneas dessas mulheres. Pensar num modelo padrão, como sugere esse tipo de visão determinista de comportamentos e ações de mulheres lésbicas, é desconsiderar os diversos modos de ver-se, sentir-se e perceber-se lésbica. Uma análise dos perfis de *ladies* e *butchs* pode auxiliar nessa discussão.

As *ladies* são lésbicas que, de certo modo, estão dentro de um padrão aceitável na sociedade. São consideradas mais femininas e a elas é atribuída baixa atividade sexual ou até mesmo, certa inatividade. Por conta do perfil mais voltado ao que se adequa [equivocadamente] ao que a sociedade encara como aspectos femininos, podem ser vistas como mulheres incapazes de seduzir, negando sua sexualidade no processo histórico (REINOSO, 2005, p. 18). É interessante ressaltar também que esta classificação está relacionada a uma perspectiva heteronormativa das relações homoafetivas e, neste caso em específico, dos relacionamentos lesboafetivos, a julgar pela “necessidade” social de determinar um homem — ainda que invisível — para a relação.

Por outro lado, as *butchs* seriam aquelas mulheres que a sociedade enxerga como “o homem da relação”, sendo destinadas a elas todas as iniciativas da atividade sexual.

Portinari (1989, p.53) dizia que “seriam justamente as figuras que concedem às lesbianidades certa inteligibilidade aos olhos e ouvidos do mundo e da linguagem”, sendo assim uma crítica ao que entendemos por masculino e feminino.

Isso fica evidente ao analisar a afirmação de Butler (2003):

A “presença” das assim chamadas convenções heterossexuais nos contextos homossexuais, bem como a proliferação de discursos especialmente gays da diferença sexual, como no caso de *butch e femme* [*ladies*] como identidades históricas de estilo sexual, não pode ser explicada como a representação quimérica de identidades originalmente heterossexuais.

Para além desse estigma, as relações lesboafetivas ainda são vistas como produto para o prazer masculino, em que constantemente os homens se oferecem para participar das relações por considerar que as mulheres são incapazes de chegar ao prazer sem uma presença masculina, desse modo “os atos performáticos e discursivos instauram normas, enquadrando formas específicas de existência aceitas dentro do sistema hegemônico da heterossexualidade” (TOLEDO, 2008, p. 181).

Outro ponto a ser considerado é a ideia de que as lésbicas tenham que estar sempre disponíveis para os homens na pornografia. Ao realizar uma busca a partir do vocábulo “lésbica” no Google, até recentemente os resultados da pesquisa direcionavam para conteúdos pornográficos, isso mudou no último dia nove de agosto, quando a empresa mudou seu algoritmo para resultar em conteúdos mais elucidativos e menos pornográficos (ANTUNES, 2019).

2 Lésbica e negra: e agora?

A liberdade sexual, diferente do que a sociedade impõe, é um direito de toda mulher, mas as discriminações em relação às suas escolhas ainda são mantidas. No caso da mulher lésbica, essas discriminações são multiplicadas tanto por ser mulher quanto pela orientação sexual. Além disso, recai sobre muitas delas o “peso” da classe social e da raça, evidenciando como a “invisibilidade lésbica está intrinsecamente relacionada ao machismo, ao racismo e a uma sociedade estruturalmente heteronormativa” (CARVALHO *et al*, 2014, p.3009).

Refletir sobre como essa intersecção afeta a vida dessas mulheres possibilita entender o que é, na prática, a teoria da intersecção de opressões sobre um corpo. As agressões sofridas por essas mulheres são equacionadas constantemente, além de estarem ligadas a seu contexto social, carregando uma multiplicidade de fatores que provocam esse entroncamento de violências, sendo a raça o carro-chefe dessa interseccionalidade, bem como fator determinante das relações de poder.

Partindo da perspectiva de que a mulher lésbica sofre de uma intersecção de opressão, falar sobre a mulher lésbica negra é ter um olhar mais atento a essa junção, pois no processo de construção da sua identidade “elas não serão apenas mulheres ou apenas negras ou apenas lésbicas”, como pontuou Silva (2017, p. 121). Serão indivíduos transgressores de um sistema machista, racista e LGBTfóbico, que tentará de todo modo anular quaisquer perspectivas de serem entendidas como pessoas políticas e com direitos.

Colocar a mulher lésbica negra no centro desses debates é discutir a fundo o peso dessa intersecção, pois ela não será apenas uma mulher lésbica. Ela será uma mulher lésbica e negra, sendo essa intersecção um grande problema social e político a ser estudado. Como dispõe Ariana Mara Silva (2017), em *Lésbicas negras, identidades interseccionais*, dentro da comunidade LGBT, ela é negra; e dentro da comunidade negra, ela é lésbica. Não é possível lutar apenas contra uma forma de opressão.

É importante compreender como a interseccionalidade é um problema a ser trabalhado no âmbito político e social, pois essas opressões afetam diretamente as mulheres lésbicas negras, colocando-as como sujeitas marginalizadas, numa tentativa de afastá-las da possibilidade de entender-se como seres políticos que são.

3 Sapatão, sim “sinhô”: mulher lésbica, um ser político.

Reconhecer-se lésbica é um ato político e acima de tudo, um ato de sobrevivência, resistência e (re)existência. É necessário ocupar de maneira cautelosa todos os espaços, haja vista que não basta dizer que é lésbica somente no grupinho das redes sociais com as amigas ou em casa com a companheira. É necessário evidenciar a existência e resistência da mulher lésbica, mesmo com todo sistema heteronormativo querendo apagar qualquer vestígio de construção de sua identidade.

Diante dos contextos de opressão e da constante busca pela afirmação e (re)existência, é fundamental compreender a dimensão política do assumir-se. Ser lésbica é um ato político, portanto, público. Porém é necessário sentir-se segura para esse momento de ruptura com os padrões impostos, pois o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas LGBTQI+, um a cada vinte horas, sendo 12% correspondente a pessoas lésbicas⁵, isso sem falar da constante ameaça de estupros e outros tipos de agressões.

Silenciar a mulher lésbica a torna sujeita destituída de direitos e principalmente do direito a seus corpos e “apesar de o assassinato de mulheres lésbicas, segundo as estatísticas, ocorrer com menor frequência, elas são as que sofrem maior violência no ambiente familiar” (CARVALHO *et al*, 2014), essas agressões vêm principalmente de ex-companheiros que se recusam a aceitar a orientação sexual da mulher através de insultos e ameaças, fazendo com que sejam excluídas das estruturas de poder.

Por serem excluídas das estruturas de poder e dos processos decisórios existentes, são impedidas de participar na comunidade com equidade, até mesmo em relação a outras mulheres. Assim, a mulher lésbica é posta em um frequente controle de normas e práticas punitivas que manipulam seus corpos, suas relações sexuais e seu potencial reprodutivo.

Dessa forma, reconhecer-se como protagonista na sociedade e detentora de direitos políticos torna-se um ato transgressor, que toma forma de liberdade. Liberdade para ser quem se é; para transitar onde quiser; para vestir-se como quiser; e, acima de tudo, liberdade para amar outra mulher. Reconhecer-se enquanto mulher lésbica é um ato político, que sugere uma reflexão sobre normas cotidianas e questões estruturais. É necessário falar sobre a pluralidade do feminismo e do movimento LGBTQI+ para que as mulheres lésbicas sejam ouvidas; para garantir que suas pautas não sejam mais inviabilizadas. Para Carvalho *et al* (2014), essa invisibilidade ressalta a importância da afirmação da identidade lésbica para obtenção do empoderamento, a fim de ocupar espaços públicos e políticos. Portanto,

Visibilizar significa tornar algo ou alguém visível. Estar visível é ser percebido. Assim, o termo visibilidade é uma qualidade dos corpos que são percebidos pelo sentido da visão. Visível, o corpo político das lésbicas se

⁵ Os dados expostos são do Grupo Gay da Bahia (GGB), que elabora relatórios anuais de crimes contra a população LGBT do Brasil. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>>, acessado em 09 de setembro de. 2019.

constituiu, e desse modo, visibilizado no espaço público, local em que as coisas aparecem, tornou-se parte da cidade. (COSTA, 2012, p. 202)

Para as mulheres que vivenciam as lesbianidades só a partir de seu próprio discurso é possível mostrar que ser lésbica é construir outras formas de subjetivação de ser mulher (TOLEDO e FILHO, 2016, p. 99), deixando de ser um corpo imoral e transgressor, tornando-se visível e com suas necessidades e particularidades dentro das discussões sociais.

“Lésbica futurista, Sapatona convicta”

Conforme sinalizado antes, viver a sexualidade sempre foi um desafio para as mulheres, marcada desde o começo pela opressão de classe, gênero e raça. Cabe agora repensar o seu lugar na sociedade, ter consciência de como a intersecção das opressões anula qualquer possibilidade de construir uma identidade própria longe da visão de que a lesbianidade é uma versão masculina da homossexualidade e, principalmente, que as lésbicas também possuem desejo sexual próprio, longe da presença de uma figura masculina.

Esse preconceito e essas opressões sobre a lesbianidade, como dizia Olga Viñuales (2002), mascara uma profunda misoginia, uma vez que nega [às mulheres] a possibilidade de experimentar a sexualidade, a feminilidade, em suma, de celebrar a vida senão ao lado e abaixo do olhar tutelar de um homem. Dessa forma, precisamos ressignificar nossos corpos e dialogar sobre nossas vivências e resistências.

GA31, no trecho na sua música *Lésbica Futurista*, em que afirma “lésbicas putas, lésbicas sem culpa” estimula uma ressignificação da palavra “puta”, incentivando a liberdade sexual das mulheres, longe do estigma promíscuo e ilegítimo de sexualidade. Essa provocação para a liberdade sexual e para o reconhecimento político da mulher lésbica, serve de alento nas suas escritas e isso se comprova na análise de letras como *A força da mulher sapanota*, que nas entrelinhas denuncia a violência sofrida pela mulher sapatão, vista pela sociedade como aquela que “ainda não achou o homem certo”, e, para além disso, torna verdade o desejo sexual da mulher e sua legitimidade sexual. Em *Felizmente sigo lésbica*, incita a importância de se reconhecer enquanto mulher homossexual, sem se preocupar com a analogia maldita que Portinari (1989) pontuou.

Será esse um novo desafio para as novas gerações de mulheres lésbicas: romper com a invisibilidade que silencia as suas trajetórias! Serão elas, as “lésbicas futuristas; sapatonas convictas”.

Referências

- ANTUNES, Leda. Google muda algoritmo para que palavra “lésbica” não seja associada à pornografia nas buscas. In: *O Globo* [online]. Publicado em 09/08/2019, às 18:43 e atualizado em 12/08/2019, às 12:05. Disponível no site: <<https://oglobo.globo.com/celina/google-muda-algoritmo-para-que-palavra-lesbica-nao-seja-associada-pornografia-nas-buscas-23866924>>. Acesso em 16 jan. 2020.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Iasmim Alves Ferreira de *et al.* Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. *Anais do 18º REDOR (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero)*. Universidade Federal Rural de Pernambuco, de 24 a 27 de novembro de 2014. p. 3008-3024. Disponível no site: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2269/821>>. Acesso em 16 jan. 2020.
- CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*. Tradução: Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.
- COSTA, Zora Yonara Torres. Resistência, identidade e visibilidade: o corpo político das lésbicas. *Pólemos*, v. 1, n. 1, p. 201-214, 2012.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução: José Silveira Paes. 3. ed. São Paulo: Global, 1984.
- FERNANDES, Viviane Barbosa; SOUZA, Maria Cecília C. de. Identidade negra entre exclusão e liberdade. *Rev. Inst. Estud. Bras.* [online], n. 63, pp.103-120, 2016.
- REINOSO, B. Gimeno. *Historia y análisis político del lesbianismo: la liberación de una generación*. (Colección Libertad y Cambio). Barcelona, España: Editorial Gedisa, 2005.
- LÉSBICA Futurista. Intérprete: GA31. Compositores: C.M.S. In: DEFAME. Intérprete: GA31. Gravadora independente, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/V1njPo>>. Acesso em: 23 maio 2020
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogia das sexualidades*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PORTINARI, D. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas*, Natal, v. 4 n. 5, pag. 17-44, 2010.
- TOLEDO, Livia Gonsalves. Lesbianidades e biopoder: um olhar genealógico. *Revista de psicologia da UNESP*, São Paulo, vol. 7, n. 1, 2008.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. As lesbianidades entre o estigma da promiscuidade e da ilegitimidade sexual. *Temáticas*, Campinas, 20(40); ago./dez. 2012, 2016.

VIÑUALES, Olga. *Lesbofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2002.